



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

**PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO
E SERVIÇO PÚBLICO, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO
PROJETO DE LEI Nº 4.278, DE 2025.**

PROJETO DE LEI Nº 4.278, DE 2025.

Dispõe sobre a composição e criação de
cargos do Tribunal Regional Federal da 5ª
Região.

Autor: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relator: Deputado EDUARDO DA FONTE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.278, de 2025, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ), propõe a criação de três cargos de Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), bem como de 57 cargos efetivos de Analista Judiciário, Área Judiciária, e de Técnico Judiciário. Prevê, ainda, a criação de igual número de cargos em comissão e funções comissionadas destinados à estruturação dos gabinetes dos novos magistrados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Conforme expõe o STJ, a Justiça Federal da 5ª Região possui o maior Índice de Produtividade por Magistrado e o segundo maior Índice de Produtividade por Servidor em âmbito nacional, embora opere com estrutura reduzida diante do significativo aumento de distribuição processual. No triênio 2021-2023, foram registrados, em média, 40.668 novos processos por ano no segundo grau.

A comparação com os demais Tribunais Regionais Federais evidencia que os Desembargadores Federais do TRF5 enfrentam carga de trabalho substancialmente superior à observada, por exemplo, no TRF da 2ª Região (TRF2), que apresenta porte e perfil de distribuição similares.

Diante desse cenário, o STJ sustenta que a criação de três novos cargos de Desembargador, acompanhada da correspondente estrutura de apoio técnico e administrativo, é medida indispensável para equilibrar a capacidade de resposta do tribunal, reduzir a sobrecarga de seus magistrados e assegurar melhor fluidez na prestação jurisdicional.

O STJ destaca, ainda, que a criação dos cargos propostos contribuirá para aprimorar a eficiência institucional, harmonizar as condições de trabalho em relação aos demais TRFs e garantir maior qualidade e celeridade na entrega da tutela jurisdicional.

A matéria foi despachada às Comissões de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação (art. 54 do RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do RICD).

Foi aprovado Requerimento de Urgência nº 4016/2025, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Da adequação orçamentário-financeira





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Nos termos dos arts. 32, X, “h”, e 53, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), bem como da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT), compete a esta Comissão analisar a compatibilidade e a adequação da proposição em face do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A NI/CFT exige, ainda, que a apreciação considere o conjunto das normas aplicáveis à receita e à despesa públicas, com destaque para a Constituição Federal e para a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Consoante o art. 1º, § 1º, da NI/CFT, reputa-se compatível a proposição que não conflita com o PPA, a LDO, a LOA ou demais normas legais pertinentes, e adequada aquela que se ajusta ou se encontra devidamente abrangida por esses instrumentos.

O art. 169, § 1º, da Constituição Federal dispõe que a criação de cargos, empregos e funções somente poderá ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e autorização específica na LDO.

No caso vertente, verifica-se que a LDO e o item 2.3.2 do Anexo V, do Projeto de Lei Orçamentária para 2026 contemplam autorização e a correspondente dotação orçamentária prévia exigidas pelo comando constitucional, atendendo integralmente aos requisitos para a criação dos cargos e funções previstos na proposição.

Registre-se, igualmente, que a justificativa do projeto apresenta a estimativa do impacto orçamentário-financeiro anualizado, em cumprimento ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no montante de R\$21.844.518,00, demonstrando a observância das exigências de transparência e responsabilidade fiscal.

Adicionalmente, observa-se que o TRF5 dispõe de margem no limite de despesas com pessoal suficiente para absorver o aumento decorrente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

da medida, sem risco de atingimento do limite prudencial (95% da Receita Corrente Líquida), conforme parâmetros estabelecidos pela LRF.

Diante do exposto, conclui-se que a matéria se revela **COMPATÍVEL** e **ADEQUADA** sob o prisma orçamentário-financeiro, atendendo plenamente às exigências regimentais, legais e constitucionais aplicáveis.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

A proposição insere-se na competência legislativa da União para dispor sobre a organização judiciária da Justiça Federal, nos termos do art. 96, II, “a” e “b”, da Constituição Federal. A iniciativa é legítima, por advir do Superior Tribunal de Justiça, órgão competente para propor a criação de cargos nos Tribunais Regionais Federais.

Não se verifica violação a direitos fundamentais, cláusulas pétreas, princípios estruturantes da ordem constitucional ou limites materiais impostos ao legislador. Em matéria de juridicidade, o projeto harmoniza-se com o ordenamento jurídico, pois não apresenta conflito normativo e observa os princípios gerais do direito.

Quanto à técnica legislativa, a redação atende aos critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 1998, apresentando clareza, precisão terminológica e organização adequada dos dispositivos, o que assegura correta compreensão e aplicação futura da norma.

Do mérito

A proposição em exame revela-se materialmente adequada e necessária para o aprimoramento da prestação jurisdicional no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região. Como amplamente demonstrado nos documentos encaminhados pelo TRF5 e pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), o Tribunal apresenta, simultaneamente, altos níveis de produtividade e significativa sobrecarga de trabalho, circunstância que exige intervenção legislativa para recomposição da capacidade institucional de resposta da Corte.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Conforme registrado pelo STJ, os dados consolidados pelo TRF5 evidenciam que a Corte possui altos índices de produtividade por Magistrado e por Servidor. Todavia, essa produtividade excepcional não tem sido suficiente para compensar o crescimento contínuo do número de processos distribuídos no segundo grau.

Somente no triênio 2021–2023, foram computados 40.668 novos casos por ano, em média, patamar que supera, proporcionalmente, a carga verificada em Tribunais de porte semelhante — como o TRF da 2ª Região, utilizado pelo próprio CJF como parâmetro comparativo. Os estudos técnicos constantes dos autos confirmam que a atual composição de 24 desembargadores não atende mais às exigências contemporâneas da jurisdição federal na Região.

Da análise estatística inserida nos autos, conclui-se que a estrutura existente encontra-se defasada, impondo aos magistrados e aos servidores carga de trabalho superior àquela suportada por seus pares de outros TRFs, o que afeta diretamente a celeridade dos julgamentos e a capacidade de manutenção do padrão de qualidade esperado.

Outro fundamento central do projeto é a necessidade de permitir ao TRF5 instituir o Órgão Especial, nos termos do art. 93, XI, da Constituição Federal. Como demonstrado nas informações da Presidência do TRF5 e nas razões decisórias do CJF, a ausência desse órgão tem repercussões negativas: i) compromete a racionalização dos julgamentos do Pleno; ii) prolonga excessivamente sessões com elevado número de integrantes; iii) dificulta a gestão administrativa e jurisdicional; e iv) impede a especialização plena das Turmas e Seções, já adotada em outros TRFs.

Conforme o STJ, a criação de três novos cargos, totalizando 27 Desembargadores Federais no TRF5, permitirá, simultaneamente: i) formar um Órgão Especial constitucionalmente adequado; ii) constituir número par de Turmas, favorecendo a especialização temática; iii) aperfeiçoar o procedimento do “julgamento estendido” (art. 942 do CPC), nos moldes





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

sugeridos pelo Tribunal; e iv) reduzir a duração das sessões plenárias, atualmente descritas como demasiadamente extensas devido ao número elevado de votantes.

Essas medidas convergem para reforçar o princípio da racionalização do serviço judiciário e para assegurar maior eficiência no processamento dos feitos submetidos ao segundo grau. Além dos cargos de Desembargador Federal, o projeto contempla a criação de cargos de analistas, técnicos, funções comissionadas e cargos em comissão, conforme os anexos que o acompanham, tendo o CJF certificado que a composição proposta é a mínima necessária para garantir a operacionalização dos novos gabinetes.

Os estudos técnicos demonstram que a estrutura administrativa é compatível com os padrões já adotados nos demais Tribunais Regionais Federais, o que preserva a isonomia institucional e evita discrepâncias ineficientes na gestão de pessoal. A criação dos cargos se adequa aos limites da LRF para implementação a partir do exercício de 2026, sendo o impacto anualizado, estimado em R\$ 21.844.518,00, considerado compatível com o teto de despesas primárias da Justiça Federal, em especial após os ajustes promovidos pelo próprio TRF5 para reduzir a proposta inicial e adequá-la ao cenário fiscal atual.

Em síntese, a proposição obedece a todos os requisitos jurídicos, técnicos e financeiros exigidos para a criação de cargos no âmbito do Poder Judiciário.

Por todas essas razões, considera-se a proposição pertinente e alinhada aos princípios da eficiência administrativa e da efetividade jurisdicional, garantindo melhores condições de trabalho aos magistrados, servidores e advogados que atuam no TRF5 e representando resposta concreta às legítimas expectativas das pessoas que buscam o Poder Judiciário Federal nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Conclusão do voto





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Administração e Serviço Público, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 4.278, de 2025.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela **ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA** do Projeto de Lei nº 4.278, de 2025.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela **CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** do Projeto de Lei nº 4.278, de 2025, e, no mérito, pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Sessões, em _____ de dezembro de 2025.

Deputado EDUARDO DA FONTE
Relator

